

**CIDADE, MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO:
compartilhando práticas pedagógicas e experiências do projeto
“Niterói Jovem Eco Social”**

Guido Assis

UERJ-FFP

guidoassis@id.uff.br

Victoria Alves de Oliveira

UFRJ

victoriaalvesoliveira@hotmail.com

(ATENÇÃO: Não identifique-se na primeira submissão)

RESUMO:

Face aos recentes retrocessos da política ambiental em contexto nacional, emergem como ferramenta de conhecimento, luta e resistência, projetos de educação ambiental que buscam perpetuar uma cultura ambiental em áreas urbanas, com foco na participação comunitária. Este artigo é fruto do projeto de extensão “Niterói Jovem Eco Social”, responsável por centenas de ações socioambientais que foram desenvolvidas ao longo de dois anos, em onze favelas do município de Niterói. Em um primeiro momento, apresentamos o projeto e seus objetivos. Acrescido a isso, trazemos a importância da compreensão sobre políticas públicas e direito à cidade. Em seguida, compartilhamos experiências de atividades e práticas pedagógicas de sucesso que possibilitaram aos jovens participantes do projeto um olhar crítico sobre a relação sociedade-natureza, com foco na dinâmica urbana e desigualdades socioambientais institucionalizadas.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Extensão Universitária; Práticas Pedagógicas

GT – 06: Geografia e apropriação urbana: ensino de cidades e das comunidades tradicionais

INTRODUÇÃO

Desde as primeiras civilizações, ações antrópicas geralmente são realizadas de maneira desordenada, sem que padrões urbanísticos e/ou ambientais sejam levados em conta, acarretando em intensos impactos a diferentes ecossistemas, de diferentes biomas de todo o

mundo. Acaba sendo a ascensão do capital - da urbanização a todo custo - em detrimento do meio ambiente da Terra.

A partir do modo de acumulação primitiva das primeiras colonizações europeias, até o atual padrão de produção capitalista do espaço sob uso do discurso neodesenvolvimentista, os impactos ambientais negativos no Brasil se dão de maneira incessante. A história ambiental do Brasil é marcada pela intensa exploração dos recursos naturais e ocupações inadequadas da terra, principalmente no litoral, onde os impactos ao terceiro maior bioma do Brasil e a segunda maior floresta pluvial tropical do continente americano (CARDOSO, 2016), a Mata Atlântica, foram responsáveis por uma devastação de mais de 90% deste bioma, restando apenas 7,3% de sua cobertura original (GAMBARINI, 2020).

Com o avanço das áreas exploradas, a evolução da tecnologia empregada em diferentes atividades, os altos fluxos migratórios associados ao crescimento desordenado da população em áreas urbanas, a industrialização, a baixa oferta de espaços destinados à moradia e habitação em áreas urbanas e a sistemática fragilidade em políticas públicas urbanas e ambientais, intensificaram-se os impactos ambientais no Brasil, decorrentes da urbanização, que ainda marcam a história de um dos países mais (geo)biodiversos do mundo.

Dessa maneira, o processo de urbanização dos principais centros das capitais do Brasil foi contínuo, firmado sob forte influência do capitalismo global norte-americano, sob os pilares da expansão das ferrovias, do comércio e da agricultura. Isso em muito manipulou a dinâmica geopolítica nesse período e refletiu no modo de planejamento urbanístico, assim como na socioespacialização das cidades brasileiras. Tal processo foi responsável por remoções e pela consolidação de territórios estigmatizados enquanto periféricos (favelas especialmente), com pouco ou nenhum acesso a políticas públicas instituídas pelo Estado, não por uma deficiência na implementação, mas pela completa ausência, onde a maioria dos indivíduos afetados é em razão da sua cor/raça e/ou etnia.

Trazendo para uma escala local, destacamos o avanço da urbanização em Niterói, município do estado do Rio de Janeiro que, desde 1970, vive um incremento demográfico, cujas resultantes são: pressão sobre áreas verdes urbanas (UMMUS; MATTOS; JESUS, 2008), ocupação irregular (FONTENELLE; CORRÊA, 2013), intervenções em canais e rios da cidade e perda de áreas alagadas (FONTENELLE; CORRÊA, 2014).

Contudo, nos últimos anos, a cidade de Niterói tem se destacado na discussão ambiental, principalmente com a destinação de investimentos na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, recuperação florestal, renaturalização da bacia do Rio Jacaré e em educação ambiental de base comunitária, este último, foco deste trabalho.

Uma cidade inteiramente urbana demanda olhar refinado e atento da sociedade e da administração pública para seus aspectos naturais. Uma ferramenta essencial para o desenvolvimento desse olhar crítico é a educação ambiental, que carrega consigo a especificidade de “compreender as relações sociedade-natureza e intervir sobre os conflitos ambientais” (CARVALHO, 2004, p. 18), contribuindo para a formação do sujeito ecológico. Nessa linha, em 2020 é iniciado o projeto *Niterói Jovem Eco Social*, braço social do *Pacto Niterói Contra a Violência* que é

uma política pública de segurança e de prevenção à violência, através do estímulo e do fortalecimento da cultura da paz, da valorização da vida, do potencial do ser humano e da participação conjunta do poder público e da sociedade civil. (PACTO NITERÓI CONTRA VIOLÊNCIA, 2021).

A iniciativa e a proposta educacional, envolvidas no projeto, surtiram muito efeito na vida e na subjetividade dos(as) jovens contemplados(as). Contudo, cabe aqui ponderar sobre as ações da Prefeitura Municipal de Niterói em prol de áreas marginalizadas e periféricas, com a idealização e discursos de vasta oferta e iniciativas de projetos sociais, como medida de impedir ou barrar a disseminação da criminalidade. Tais práticas somente reforçam os estereótipos já firmados socialmente sobre esses territórios, ainda mais quando vinculados à melhoria da cidade, apesar dos prós existentes no programa, é importante a reflexão sobre os interesses que circulam no atendimento dessas demandas na esfera municipal.

O projeto Niterói Jovem Eco Social ocorreu entre 2020 e 2021, no âmbito do Plano Estratégico “Niterói que Queremos” (2013), tendo sido executado pela Prefeitura Municipal de Niterói, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), Instituto Moleque Mateiro de Educação Ambiental (IMM), com a Universidade Federal Fluminense (UFF) como parceira. Foram atendidos em torno de 400 jovens, moradores de onze favelas de Niterói, que receberam capacitação profissional e capacitação ambiental, somado a isso, uma bolsa-auxílio se comprovada a assiduidade.

As atividades de campo aconteciam em espaços não-formais de educação, geralmente em associações de moradores das comunidades, próximo a áreas verdes dentro dos territórios

ou em unidades de conservação da natureza municipais, estaduais e federais. Estimulava-se a participação dos moradores do entorno nas atividades de campo, endereçando a educação ambiental a ser de base comunitária (CARVALHO, 2004).

Por isso, este artigo, em um primeiro momento, irá apresentar o projeto e seu funcionamento, seguindo para breve explanação da importância da educação ambiental com apoio comunitário em áreas urbanas, sobretudo em áreas periféricas, onde a atuação do poder público é limitada ou pouco eficiente. Nosso objetivo consiste na divulgação científica de experiências e práticas pedagógicas que renderam frutos palpáveis, somado a isso, formação socioambiental e política para centenas de jovens periféricos(as). Ademais, traremos o debate do direito à cidade, que ao olhar dos jovens era reduzida aos seus lugares, não compreendendo assim sua dimensão territorial e ambiental. Além disso, apresentaremos algumas práticas pedagógicas e abordagens que foram fundamentais para a formação socioambiental tornando capaz de disseminar e produzir uma cultura ambiental, promovendo justiça ambiental nas periferias de Niterói.

O PROJETO “NITERÓI JOVEM ECO SOCIAL”: O QUE É E COMO SE ORGANIZA?

O Projeto Niterói Jovem Eco Social trata-se de um projeto social, pautado em princípios que orientam para uma relação dialógica entre poder público, instituição privada, universidade e sociedade, com o compromisso de transformar o conhecimento em inovação e desenvolvimento para a sociedade, incentivando o desenvolvimento de habilidades capazes de inovar nos processos de ensino e de renovação do conhecimento; contribuindo para uma formação cidadã que induza a produção políticas que visem a correção de desigualdades ainda persistentes na sociedade (ASSIS, ELDOCHY e BORGES, 2021) e empregabilidade.

Idealizado e executado pela Prefeitura Municipal de Niterói, o “Niterói Jovem Eco Social” teve como parceiros:

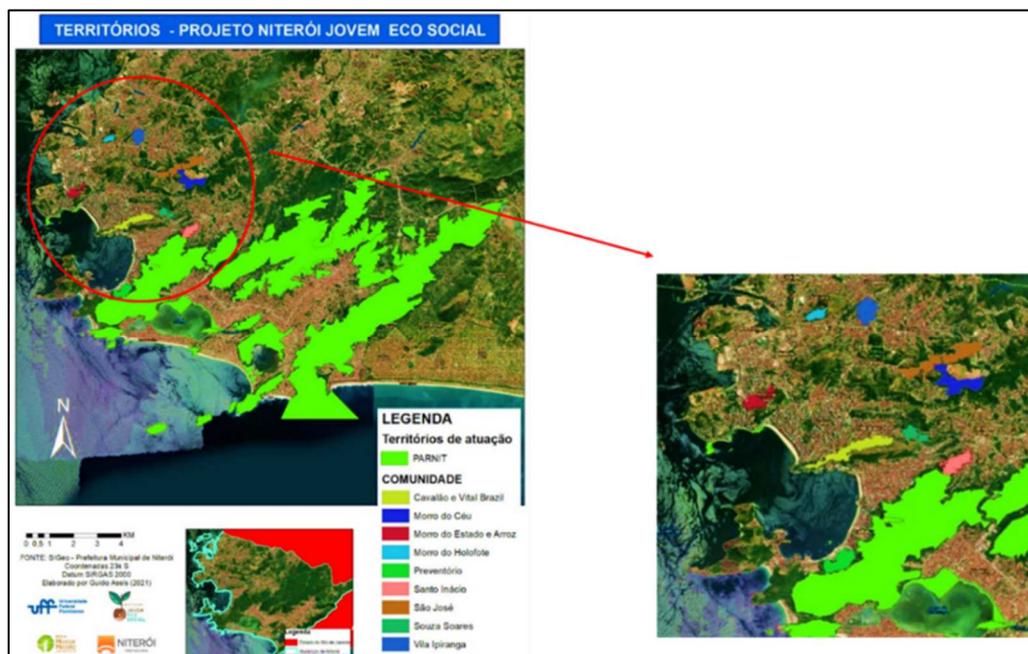
- Federação de Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN): responsável pelo desenvolvimento socioemocional e profissional do(a) jovem, proporcionando bolsa-auxílio, acompanhamento psicológico, atividades de valorização identitária, promoção da participação social e formação técnica

- Instituto Moleque Mateiro de Educação Ambiental (IMM): responsável pela execução das atividades de campo, capacitação ambiental e formação do sujeito ecológico. Os(As) coordenadores(as) de campo compunham a equipe do IMM.
- Universidade Federal Fluminense (UFF): supervisão acadêmica do projeto, onde discentes da graduação e pós-graduação foram indicados para estagiar, atuando como monitores e educadores ambientais. Somado a isso, buscava-se participação em eventos acadêmicos, produção de artigos científicos e desenvolvimento de atividades de extensão.

Além disso, órgãos públicos como Defesa Civil, Fundação Municipal de Educação, Secretaria de Meio Ambiente, e empresas e empreendimentos, como Águas de Niterói, Roda Verde¹ e Nefertem², compunham essa rede de parceiros que tornaram viável a realização do projeto.

O projeto atuou em onze comunidades periféricas da cidade de Niterói e nos três setores do Parque Natural Municipal de Niterói (PARNIT), conforme observado na figura 1.

Figura 1: Territórios de atuação do projeto



Elaborado pelo autor (2021)

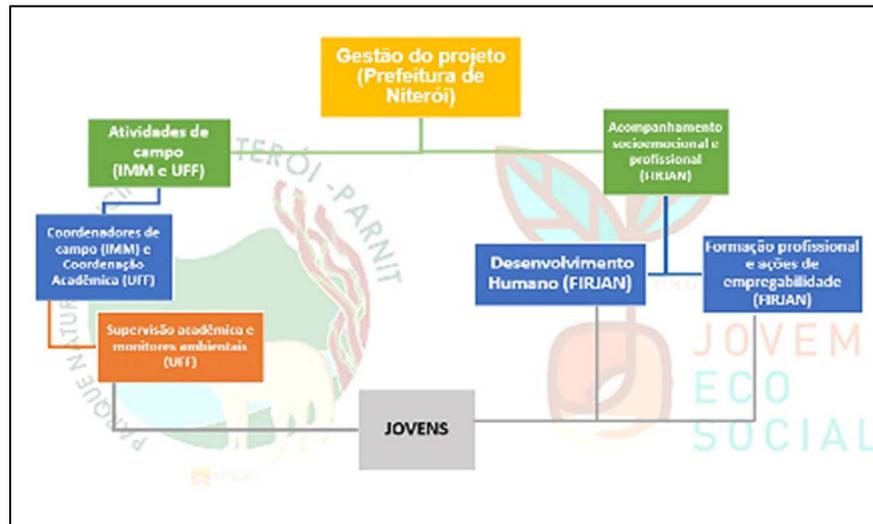
Fonte: SIGEO - Niterói

¹ Para saber mais, acesse: <<https://www.rodaverdecompostagem.com.br/>>.

² Para saber mais, acesse: <https://www.instagram.com/nefertem___/>.

Para melhor compreensão do projeto, foi elaborado um fluxograma organizacional, disposto na figura 3.

Figura 2: Organização do projeto Niterói Jovem Eco Social



Elaborado pelos autores (2022)

Dentro desse contexto, importante destacar o caráter extensionista do projeto, que a partir da coordenação feita por professoras vinculadas ao Instituto de Geociências da UFF, garantiu que pós-graduandos e graduandos pudessem prover acesso da comunidade ao conhecimento científico, a partir da transposição didática adequada e de práticas pedagógicas orientadas “debaixo para cima”, ou seja, partindo dos membros externos à universidade, que valorizam o território, resgatam o sentimento de pertencimento e promovem olhar crítico sobre a relação sociedade-natureza naquele espaço.

A união de conhecimento científico e saberes comunitários foi indispensável para que a aplicação de uma educação ambiental fosse efetiva, pois permitiu o reconhecimento e deu legitimidade às ações de campo do projeto, que apesar de serem estranhas àquele espaço, começaram a ser compreendidas como algo além de “plantar” ou “jogar o lixo na lixeira”, mas sim de compreensão dos problemas socioambientais, um olhar outro sobre padrões de consumo, sensibilidade ambiental e o exercício de uma educação em espaços não-formais articulada com a comunidade.

Quanto às ações de campo, pautadas pela Educação Ambiental (EA) e pedagogia mateira³, eram subdivididas em 4, sendo elas:

- **Diálogo social** com a comunidade e seu entorno;
- **Intervenções no espaço** através de atividades voltadas para agroecologia, conscientização e sensibilização ambiental, proteção de encostas e margens de rios, interpretação de trilhas inseridas em unidades de conservação, etc.;
- **Mapeamento ambiental**, que consistia na identificação de um problema ambiental (descarte irregular de resíduos sólidos, despejo de água servida, áreas prioritárias para reflorestamento) e coleta de dados geoespaciais, que eram georreferenciados pela FIRJAN, responsável pela produção de um *story map* do território de atuação;
- **Atividades de educação ambiental** através de aulas sobre ciclo da água, compostagem em áreas urbanas, reaproveitamento de óleo vegetal usado, artesanato e meio ambiente.

Essas atividades renderam dezenas de capacitações com parceiros do serviço público e do setor privado, além do mapeamento ambiental e afetivo de centenas de pontos da cidade de Niterói e milhares de indivíduos arbóreos plantados ao longo de mais de um ano de projeto. Definitivamente foi um movimento de educação efetivo.

POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITO À CIDADE: BREVE REFLEXÃO

A etapa da elaboração e implementação das políticas públicas na gestão pública é primordial para as transformações na sociedade civil. Contudo, em sua execução acontecem inúmeros impasses que impedem o fluxo orgânico de sua implementação, principalmente quando tratamos da agenda ambiental, em que vem ocorrendo diversas flexibilizações, favorecendo o descumprimento de leis e decretos promotores de seguridade, seja aos serviços de saneamento ou na criação de áreas de proteção ambiental. Tais descumprimentos se tornam concretos na esfera pública por interesses institucionais muito atrelados a expropriação dos territórios. Segundo Carneiro (2011), a defesa intransigente das políticas universalistas no Brasil guarda, por identidade de propósitos, parentesco com o mito da democracia racial. A

³ A pedagogia mateira é inspirada teoricamente por uma educação ambiental crítica e transformadora, traduzindo-se em prática multirreferencial, participativa e criativa, de modo a reinventar metodologias tanto para educação formal como não formal. Para saber mais sobre, leia: <<http://www.molequemateiro.com.br/pedagogia-mateira.php>>.

autora completa dizendo que ambas realizam a façanha de cobrir com um manto “democrático igualitário” processos de exclusão racial e social que perpetuam privilégio. A desigualdade também está presente no acesso e uso dos ambientes, além da seletiva do poder que dita quem pode ou não utilizar-se das áreas de conservação e de políticas ambientais já instituídas na Constituição.

Se mostra urgente uma abordagem efetiva acerca da educação ambiental crítica, que nos traga apenas uma base físico-natural dos elementos no espaço, mas que possibilite compreender a dimensão das relações capitalistas e sua influência na modificação da paisagem, assim como na ocupação de áreas ambientais que são ou se tornaram precárias para se viver.

O ato da troca de saberes ambientais entre comunidade e indivíduos vinculados ao projeto (jovens, educadores ambientais e professoras universitárias) se caracterizou pela ação prática e pulsante desses sujeitos através das experiências já vivenciadas anteriormente na sua construção social individual e coletiva em favelas. Neste caso entre educadores e educandos no projeto “Niterói Jovem Eco Social”, que por meio da dimensão crítica sentiram, compreenderam e formularam novos pontos de vista de uma mesma situação já conhecida nos seus respectivos territórios. Carlos B. Loureiro (2019) escreve:

Pensando em termos pedagógicos, quando partimos de sujeitos e situações concretas, a dimensão conflitiva é tratada, tornando-se possível compreender que os problemas e os temas ambientais não são neutros ou passíveis de resolução apenas pela intervenção técnica ou pelo desejo moral individual. A historicidade passa a ser constitutiva da atividade pedagógica, não cabendo mais como suficiente a constatação do problema ou o voluntarismo para resolvê-lo, sendo vital a problematização que leve ao conhecimento da sua dinâmica causal e dos agentes sociais envolvidos (LOUREIRO, 2019, p. 44).

Pensar criticamente, tanto na (re)produção das relações no âmbito socioambiental, quanto na configuração dos territórios é se atentar às disputas de narrativas e armadilhas do movimento em curso de destruição. É instrumentalizar o conhecimento sob luta, resistência e ação, na urgência da mudança e conscientização dos jovens, que hoje são sementes, já germinando sobre o saber crítico que se emancipa, ao compreender o social e o ambiental como indissociáveis em suas práticas de vida.

A dinâmica das grandes cidades à luz do progresso, limita as relações por uma ótica meramente ocidental, com a aceleração do tempo e a complexidade dos fluxos sociais. É bem verdade que, em muitos lugares – como as grandes cidades e seu cotidiano, por exemplo –, tem-

se a falsa impressão de que o homem é o grande regente, de que a “natureza” e suas forças ou não existem ou foram subjugadas aos desígnios humanos (MENDONÇA, 2001).

É inevitável uma discussão acerca do direito à cidade e a propriedade privada, que desde o século XV com o surgimento das revoluções burguesas, a exemplo da Revolução Francesa com ideais liberais, compartilhavam da ideologia de que seria natural o direito do homem a possuir algum dispositivo, nesse caso, uma terra ou uma propriedade. Contudo, esse direito não se aplicava a todo ou qualquer indivíduo. A vinculação da posse, vista enquanto recurso, reforça e fragmenta ao agregar e segregar territórios que compõem a cidade, nesse caso a formação dos subúrbios e periferias. Complementando com Martinez (2018), os metros quadrados ocupados e pavimentados por habitantes são maiores nos subúrbios ricos do que no centro e nas periferias, havendo uma distribuição desigual de ocupação.

Os debates referentes à cidade que desejamos construir não podem estar dissociados dos tipos de laços sociais existentes, seja pela relação com a natureza, estilos de vida ou tecnologias e valores estéticos que desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade (HARVEY, 2012). Cabe lembrar que o direito à política urbana está assegurado pela Lei 10.257/01, através dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que garante o acesso democrático à cidade, por meio da gestão participativa de pessoas para tomada de decisões na execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2001).

INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE E VALORIZAÇÃO DOS SABERES A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O projeto “Niterói Jovem Eco Social” teve como um de seus pilares a participação comunitária, tanto na construção das agendas de atividades e palestras quanto nas ações de intervenção no espaço. Acreditava-se que, a partir da criação de redes comunitárias e inter-territoriais, os resultados seriam projetados a um novo nível. Somado a isso, buscava-se a valorização dos saberes e fazeres geracionais, indispensáveis para a compreensão do território em questão, inclusive sobre sua condição infraestrutural, de escassez hídrica, falta de saneamento básico, de ocupação de encostas e vales e supressão vegetal, orientada pela lógica

capitalista/neodesenvolvimentista, colonialista e branca que a(s) cidade(s) carrega(m) e reproduz(em) consigo.

As atividades de campo, com aulas práticas e teóricas, em que o jovem periférico foi o protagonista em todo processo, responsável pelas transformações e por fazer ecoar as práticas sustentáveis e ecológicas passadas pelos educadores ambientais do projeto, possibilitaram maior aproximação da comunidade e, conseqüentemente, da temática ambiental, antes reduzida a espaços fora de seus territórios, espaços inalcançáveis e até inimagináveis na realidade do jovem. Ora, é difícil pensar que jovens, moradores de bairros que fazem limite com unidades de conservação da natureza, sequer tinham ido ou pensado que aquela área se tratava de uma área ambiental protegida.

O que notamos foi que a dimensão ambiental da cidade, Niterói neste caso, não fora construída ao longo do tempo. Apesar de não encontrarmos o motivo para chegar a esta conclusão, sabemos que a falta de investimentos é uma das causas. Mas não só investimentos estruturais, paisagísticos ou até mesmo de alguma recuperação florestal pontual. É falta de investimentos na população e na educação básica que resultam em uma sociedade que supervaloriza o artificial, o concreto e as intervenções físicas no espaço, em detrimento do conforto térmico, da resiliência para eventos climáticos e da qualidade educacional.

Desse modo, nosso objetivo constante era evidenciar a relação sociedade-natureza sobre o espaço, buscando contribuir para uma mudança de valores e atitudes (CARVALHO, 2004), e que, principalmente, funcionasse em rede, trazendo os saberes comunitários e difundindo as técnicas e conhecimentos obtidos através da ciência. A Educação Ambiental Crítica não se resume à consciência ecológica de um indivíduo, mesmo que este faça ou venha a fazer a diferença em seu território, não se dicotomiza EA crítica e coletividade/sociedade. O movimento é de um todo, em conjunto.

Contudo, é imprescindível que analisemos as faces da intervenção do projeto social na dinâmica do território favelado em que está sendo implementado. Cecchetto, Muniz e Monteiro (2018) levantam a questão da “missão civilizatória” e do “resgate social” que os projetos sociais carregam consigo e reproduzem em favelas, o que acaba reforçando estereótipos de violência, criminalidade e de abandono em que as áreas periféricas são subjugadas, categorizando assim projetos como esse, sobre educação ambiental e emergência climática, como projetos da área

de segurança pública, onde os resultados estatísticos de criminalidade são priorizados em oposição ao desenvolvimento crítico socioambiental.

Cecchetto, Muniz e Monteiro (2018) ainda pontuam que os projetos sociais buscavam trazer melhorias para comunidade, como também “melhorar o favelado”, profissionalizando e o projetando para o “asfalto”, o que corrobora para que o imaginário de que a favela, um berço de potências culturais, sociais e ambientais, não seja digna da permanência desse indivíduo, agora transformado pelo projeto social salvador. Tudo em nome do progresso!

CIDADE, MEIO AMBIENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS DO NITERÓI JOVEM ECO SOCIAL

Atendendo ao escopo do projeto, de trabalhar com os eixos de defesa civil, reflorestamento e resíduos sólidos, águas e parques, as equipes de cada território tinha autonomia para a elaboração dos projetos e atividades a serem aplicados. A partir daí, uma diversidade de ações e capacitações foram desenvolvidas, dentre elas: bioconstrução com bambu, em parceria com a Ebio Bambu⁴; reconhecimento de animais peçonhentos, com o Instituto Vital Brazil⁵; produção de mudas para reflorestamento no PARNIT; e trilhas interpretativas em outras unidades de conservação de Niterói, dentre outras, representadas na figura 3.

⁴ Para saber mais, acesse: <<https://www.ebiobambu.com.br/quem-somos>>.

⁵ Para saber mais, acesse: <<http://www.vitalbrazil.rj.gov.br/>>.

Figura 3: Atividades e capacitações realizadas no âmbito do Niterói Jovem Eco Social



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Neste trabalho vamos dar atenção a duas atividades que dialogaram mais com a relação sociedade-natureza, onde pudemos analisar os efeitos antrópicos sobre a paisagem e conversar sobre as desigualdades que determinadas áreas da cidade sofrem, em decorrência da pouca efetividade de alguns serviços como coleta de lixo adequada, saneamento básico e escassez hídrica.

1. Uma proposta de roteiros geográficos em Niterói

Essa atividade foi inspirada no projeto “Roteiros Geográficos”, coordenado pelo professor João Baptista Ferreira de Mello, vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e também no projeto “Roteiros Geoturísticos”, coordenado pela professora Maria Goretti Tavares, vinculada à Universidade Federal do Pará (UFPA).

Os monitores ambientais, graduandos do curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), ficaram encarregados de elaborar um trajeto em que aspectos físico-naturais, históricos, arquitetônicos, culturais e sociais fossem abordados, de modo que a paisagem complementasse a explicação. A atividade consistiu no percurso de seis pontos (figura 4) da orla das praias do Gragoatá, Boa Viagem, Flechas e Icaraí.

Figura 4: Percurso percorrido na atividade “Roteiros Geográficos em Niterói”



Elaborado pelos autores (2022)

Fonte: LandSat 8/Google Earth

Constantemente o conceito de paisagem era usado, a fim de evidenciar sua condição de não-estaticidade, ou seja, o caráter de mobilidade que carrega consigo através das intervenções e transformações que o espaço é cabível de sofrer. Como pontua Tavares e Serra (2017, p. 303) a “paisagem é, dessa forma, reflexo das ações que se dão sobre o espaço geográfico”. Com isso, elaboramos o seguinte roteiro disposto na tabela 1.

Tabela 1: Roteiros Geográficos - Niterói Jovem Eco Social

Ponto de parada	Bairro	Aspectos Abordados	Conteúdos trabalhados
Forte do Gragoatá	Gragoatá	História, botânica e arquitetura	<ul style="list-style-type: none"> - Contexto histórico da construção do Forte do Gragoatá (séc. XVII). - Gravatá e a família das bromeliáceas - Revolta da Armada (1891-1894) - Estratégias de defesa na Baía de Guanabara - Arquitetura do forte e sua construção com rochas extraídas da cidade do Rio de Janeiro (modificações na paisagem carioca)
UFF campus Praia Vermelha	Boa Viagem	Cultura e educação	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação dos campi - Eventos culturais e científicos gratuitos - Conversa sobre acesso e permanência em IES públicas - Conversa sobre ensino, pesquisa e extensão - Convite para ingressarem em algum dos pré-vestibulares sociais da UFF

Ilha da Boa Viagem	Boa Viagem	Ambientais, culturais, físicos e históricos	<ul style="list-style-type: none"> - Retomar que a Ilha da Boa Viagem está inserida no Parque Natural Municipal de Niterói (PARNIT), que é formado por um mosaico de áreas de proteção integral - A Ilha da Boa Viagem como corredor ecológico para diversas espécies - Descarte irregular de lixo na orla - Defesa civil: obras de contenção de encostas na praia - Morfologia e dinâmica da praia de Boa Viagem: cavernas, tómbolo e marés - Patrimônio tombado pelo IPHAN - História da Ilha: a igreja e as ruínas do Forte de Boa Viagem (séc. XVII)
Museu de Arte Contemporânea (MAC)	Boa Viagem	Culturais e urbanos	<ul style="list-style-type: none"> - MAC: exposições, acesso, arquitetura e paisagem - História de Oscar Niemeyer - Caminho Niemeyer⁶ - Macquinho⁷ - Cortina de prédios: Morro do Palácio x Especulação Imobiliária
Pedra de Itapuca e Baía de Guanabara	Ingá	Ambientais e culturais	<p>Pedra de Itapuca, Ilha dos Cardos e Pedra do Índio: monumentos naturais tombados pelo INEPAC</p> <ul style="list-style-type: none"> - Baía de Guanabara: características gerais, impactos ambientais e usos - Programa Enseada Limpa⁸
Praia de Icaraí	Icaraí	Ambientais e urbanos	<ul style="list-style-type: none"> - Restauração da restinga na orla da Praia de Icaraí - Processo de urbanização de Icaraí (séc. XIX) - Intervenções antrópicas na Bacia do Rio Icaraí - Enchentes, alagamentos, deslizamentos de terra e marés de tempestade no bairro de Icaraí - Desigualdades sociais na cidade

Elaborado pelos autores (2022)

⁶ “Caminho Niemeyer” é um conjunto de equipamentos e um centro cultural de grande valor arquitetônico projetados pelo renomado arquiteto Oscar Niemeyer, nos bairros litorâneos na cidade de Niterói. O complexo de obras se estende por 11 km de extensão ao longo da orla da cidade, desde a Praça do Povo no Centro de Niterói, até a Estação do Catamarã no bairro de Charitas.” (NITERÓI, 2017).

⁷ “Espaço artístico que tem como objetivo o incentivo às manifestações culturais da comunidade em que está inserida. Essas manifestações acontecem por meio da música, fotografia, produção de poesias, entre outras. A Plataforma Urbana Digital do MACquinho desenvolve diversas atividades em que a tecnologia é usada como ferramenta cultural. São ofertados ao público, especialmente do Morro do Palácio, um estúdio para gravações de músicas de artistas locais e um telecentro que permite o acesso a computadores com Internet. Esta unidade também conta com uma sala multimídia equipada com lousa digital e um auditório multiuso chamado Sala Pierre Bourdieu.” (NITERÓI, 2022)

⁸ Mais informações disponíveis em:

<http://gcm.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2003:2014-01-14-22-03-05>.

Acesso em: 24 maio 2022

Além de ressignificar determinados espaços a partir da visita a campo agora, com olhar sensível sobre os processos e dinâmicas da cidade, os(as) jovens conheceram lugares que antes eram inacessíveis, só os reconhecendo por representações midiáticas e elitistas a que tiveram acesso anteriormente. Deste modo, eles puderam ver as desigualdades construídas com legitimação do Estado e entender minimamente como se dá a relação da sociedade com a natureza in loco.

2. Roda de conversa sobre Racismo Ambiental e Direitos Humanos

A fim de racializar o debate para compreendermos como as injustiças ambientais se apresentam para parte da população e quem são os sujeitos a mercê da lógica majoritariamente branca, elitista e segregacionista na elaboração de políticas públicas e na produção desigual do espaço urbano, propomos a realização de uma roda de conversa sobre racismo ambiental e direitos humanos.

A metodologia desta atividade consistiu em ampla revisão de literatura, partindo de autores que trabalham as relações raciais, as políticas públicas no Brasil e sua implementação, como Carneiro (2011), o racismo estrutural e institucional por Almeida (2019), a importância da educação ambiental crítica prática e o(s) diálogo(s) de resistência no território (LOUREIRO, 2019), o campo da Geografia Socioambiental e a problemática do meio ambiente (MENDONÇA, 2001), a luta do movimento de Justiça e Racismo Ambiental e sua relevância para reivindicação e acesso a ambientes saudáveis (MARTÍNEZ, 2018) e Mbembe (2016) que nos traz o conceito de necropolítica do Estado intermediada pelo controle de quem vive e quem morre.

A dinâmica dos encontros com os jovens nas respectivas comunidades foi intercalada entre os territórios, parques públicos e Unidades de Conservação do município de Niterói, como o Horto Botânico de Niterói, localizado no Fonseca, o Parque Municipal Eduardo Travassos, também conhecido como Parque das Águas, situado no Centro de Niterói e o Parque Natural Municipal de Niterói (PARNIT), que abrange três regiões distintas na cidade, as regiões Praias da Baía, Oceânica e Pendotiba. A atividade foi executada em rodas de conversas (figura 5) e iniciada por uma apresentação com um questionamento aos jovens sobre: “*O que é Racismo Ambiental?*”.

Figura 5: Roda de conversa sobre Racismo Ambiental



Fonte: Acervo pessoal (2021).

A proposta inicial era que respondessem em um papel, que seria trocado entre os participantes e lido em voz alta. A partir daí, demos o pontapé inicial, abordando como foram os processos de colonização, a dinâmica do capitalismo, o apagamento e violência histórica contra nossos ancestrais por meio de sequestro em África. Acrescido a isso, explicitamos como o racismo se firma enquanto estrutural e estruturante nas sociedades, perpetuado pelo imaginário social de estigmatização dos corpos não-brancos. A princípio, o que notamos inicialmente foi uma certa estranheza com o tema, ou até mesmo desconhecimento, mas que fora tomando compreensão com o desenvolver da atividade.

Em seguida, debatemos o racismo institucional, onde refletimos sobre as tomadas de decisão, sempre dirigidas por um grupo de governantes hegemônico, majoritariamente branco, que não possui qualquer vínculo com a comunidade e institui políticas que não são efetivas, com problemas estruturais desde sua implementação, levando as próximas etapas ao fracasso sistematizado. Almeida (2019) aponta que a desigualdade racial é uma característica da sociedade, não por causa da ação isolada de grupos ou indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam de mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.

Somado a essa reflexão, levantamos o debate em relação às ações policiais ocorridas em meio à pandemia, configuradas enquanto violações do direito à vida nas comunidades e favelas, que foi proibida pelo Supremo Tribunal Federal na pandemia da Covid-19 (Portal G1, 2020). Mesmo com liminar aprovada proibindo as operações policiais, o Estado não acatou,

continuando as inúmeras abordagens e mortes, sob a luz da necropolítica em diversos territórios periféricos em escala nacional.

Por conseguinte, apresentamos os conceitos de Justiça e Racismo Ambiental, continuamente da explanação desses estudos e movimentos de luta e resistência que surgiram pelas causalidades da injustiça ambiental. Os estudos acerca de tais temáticas tiveram início em meados dos anos 1980 nos Estados Unidos da América e África e emergiram abordando a problemática conceitual de que são sempre compostas por grupos de pessoas negras, indígenas, ribeirinhas e quilombolas, entre outras a sofrerem com a desigualdade de acesso a um ambiente saudável para se viver.

Para se tornar mais palpável e compreensível, abordamos as dificuldades ou carências de determinados grupos em usufruir de recursos naturais, como na questão do direito à água potável e saneamento básico, direito assegurado pela Constituição e definido pela Lei nº 11.445/07 (BRASIL, 2007), assim como o conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais. Tratamos de explicar que, mesmo sendo um direito constitucional, a realidade de muitos os que residem nas periferias, a exemplo da realidade dos jovens das favelas em Niterói, é outra.

Ao caminharmos pelas diversas comunidades, foi perceptível a presença de amontoados de lixo, esgotos a céu aberto e vazamentos de água que marcavam a paisagem favelada que, mesmo com as distinções e particularidades de cada localidade, apresentavam esses pontos em comum. Continuamos tentando explicitar como o Racismo Ambiental ganha espaço e se perpetua nas relações, porque se consolida com práticas sutis de inferiorização de um determinado grupo em detrimento de outro que, por apresentarem características fenotípicas diferentes, sofrem com uma hierarquização no uso e no acesso de um ambiente adequado para viver.

Durante a atividade, buscamos dialogar com a realidade do(a) jovem, analisando como é a dinâmica socioambiental em seus territórios, seus lugares de vivências e quais questões perpassavam as suas vidas enquanto favelados(as). Pontuamos, apoiados na transposição didática adequada, como a produção desigual do espaço urbano os afetava, por exemplo, comparando a arborização urbana de bairros ocupados por pessoas com maior poder aquisitivo

e em seus territórios. Ou ainda a regularidade com que se recebe água tratada e destina-se a água servida.

O que podemos notar como grande resultado dessa atividade foi a fluida e agradável troca proporcionada pelos jovens, mesmo com os que já haviam ao menos escutado o termo “Racismo Ambiental”. A partir desse momento, passaram a compreender os desafios da sua existência e como isso tem relação direta com o lugar em que vive, a sua cor, origem e condição social. O debate seguiu seu curso e tomou suas particularidades com experiências pessoais e exemplos de violações socioambientais que viveram e vivem em suas comunidades.

A atividade mostrou-se essencial na construção de uma EA de base comunitária com viés crítico, tornando os(as) jovens articuladores ambientais dos/nos seus próprios territórios, através das ações, conhecimento, diálogos, e reivindicação por direitos democráticos. Para Loureiro (2019), isso politiza a educação ambiental e exige posicionamento de seus sujeitos quanto a projetos de sociedade e de sustentabilidade almejados. A necessidade de se posicionar leva a uma prática reflexiva sobre a realidade, à compreensão complexa das responsabilidades e direitos de indivíduos/grupos/classes, e a uma prática tanto cotidiana quanto constante na organização política para as lutas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio ao caos ambiental via flexibilizações da legislação e redução de políticas públicas ambientais, educacionais e sociais, projetos de educação ambiental de base comunitária se destacam através de práticas pedagógicas que colocam em evidência a relação dialógica entre o urbano e o meio ambiente, com apoio dos saberes comunitários, pensadas e desenvolvidas como instrumento de luta e resistência nos territórios de atuação.

Apesar de entender as intencionalidades do projeto, que é o braço social de um plano de segurança pública que busca a “salvação do(a) jovem”, optamos por fazer com que as atividades estimulassem um olhar outro sobre a cidade e o meio ambiente, “de baixo para cima”, acompanhando com rigor a efetiva prática da extensão universitária, parte do tripé que sustenta a universidade pública.

Acreditamos que a pesquisa e o ensino corroboraram para a formação do pensamento crítico dos(as) jovens. Além disso, reconhecemos que a implementação do plano de ação “Niterói Que Queremos”, viabilizou melhorias ao meio ambiente e espaços urbanos na cidade

de Niterói, através de ações de reflorestamento, instalação de placa para descarte adequado de resíduos em espaços públicos e divulgação das áreas protegidas da cidade feitas pelas onze equipes do projeto.

As atividades, com objetivo de formação de pensadores críticos, proporcionaram entendimento sobre direito à cidade, maneiras de exercer sua cidadania e participação social através de políticas públicas. É imprescindível, portanto, que esses projetos não sejam pontuais, mas que sejam reconhecidos como ferramenta de transformação e abertura de oportunidades aos jovens, motivo pelo qual advogamos pela permanência e extensão do projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN 978-85-98349-74-9.

ASSIS, G.; SOARES, D. E. G. ; BORGES, S. F. S. L. Experiência com educação ambiental em comunidades urbanas periféricas: o Projeto Niterói Jovem Eco Social e sua atuação no Morro do Ceú – Niterói (RJ). In: MORAES, J. C. de; MARINHO, A. da. S.; SILVA, G. de C.; SOPCHAKI, C. H.; SOARES, L. A.; ARAÚJO, R. L. de.. (Org.). **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS APLICABILIDADES: Educação ambiental, ecopedagogia e cartografia social**. 1ed.São Luís: EDUFMA, 2021, v. 1, p. 272-281.

BRASIL. **Lei nº. 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº. 11.445**, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm>. Acesso em: 20 maio 2022.

CARDOSO, J. T. A Mata Atlântica e sua conservação. **Revista Encontros Teológicos**, Florianópolis, v. 31, ed. 3, p. 441-458, set/dez 2016. DOI: <<https://doi.org/10.46525/ret.v31i3.509>>. Disponível em: <<https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/509>>. Acesso em: 26 maio 2022.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, I. C. de. M. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P. P. (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. 1. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. cap. 3, p. 13-24. ISBN 85-87166-67-0. Disponível em:

<http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/bitstream/handle/123456789/3507/Livro_Identidades-da-educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental-brasileira_MMA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
Acesso em: 5 jun. 2022.

CECCHETTO, F. R.; MUNIZ, J. de O.; MONTEIRO, R. de A. "Basta tá do lado" - a construção social do envolvido com o crime. **Caderno CRH**, v.31, n.82, p. 99-116, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/27101>>. Acesso em: 5 jun. 2022.

FONTENELLE, T. H.; CORRÊA, W. B. URBANIZAÇÃO EFETIVA E DENSIDADE DE DOMICÍLIOS NA REGIÃO OCEÂNICA DE NITERÓI (RJ) ENTRE 1976 E 2010. **Caminhos de Geografia**, [S. l.], v. 14, n. 45, 2013. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/18178>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

FONTENELLE, T. H.; CORRÊA, W. B. IMPACTOS DA URBANIZAÇÃO NO ESPELHO D'ÁGUA DOS SISTEMAS LAGUNARES DE ITAIPU E DE PIRATININGA, NITERÓI (RJ), ENTRE 1976 E 2011. **Boletim de Geografia**, v. 32, n. 2, p. 150 - 157, 3 dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/18745/pdf_22>. Acesso em: 10 maio 2022.

GAMBARINI, A. Mata Atlântica luta pela sobrevivência. WWF Brasil, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/dia_do_meio_ambiente/mata_atlantica_dia_do_meio_ambiente/#:~:text=Hoje%2C%20restam%20apenas%207%2C3,%C3%A1rea%20mais%20amea%C3%A7ada%20do%20planeta>. Acesso em: 15 abr. 2021

HARVEY, D. Direito à cidade. Tradução de Jair Pinheiro. **Lutas Sociais**, São Paulo, ed. 29, p. 73-89, jul/dez 2012. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2022.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental: questões de vida**. São Paulo: Cortez, 2019.

MARTÍNEZ, A. J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradução por Maurício Waldman. 2. ed., 4º reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2018.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez., 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>>. Acesso em: 25 maio 2022.

MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 16, p. 113-132, 2001. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/352>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

NITERÓI. Prefeitura Municipal de Niterói. Secretaria Executiva. **CAMINHO NIEMEYER**. 2017. Disponível em: <<http://caminhoniemeyer.niteroi.rj.gov.br/>>. Acesso em: 24 maio 2022.

NITERÓI. Prefeitura Municipal de Niterói. Secretaria Executiva. **PROGRAMA ENSEADA LIMPA**. 2014. Disponível em: <http://gcm.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2003:2014-01-14-22-03-05>. Acesso em: 24 maio 2022.

NITERÓI. Prefeitura Municipal de Niterói. Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação. **PLATAFORMA URBANA DIGITAL MACQUINHO**. 2022. Disponível em: <<https://cienciaetecnologia.niteroi.rj.gov.br/plataforma-urbana-digital-macquinho/>>. Acesso em: 24 maio 2022.

PORTAL G1. STF mantém proibição de ações policiais em favelas do RJ durante a pandemia de Covid. **Portal G1 Rio**, Rio de Janeiro, p. s.p., 5 ago. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/05/stf-mantem-proibicao-de-acoes-policiais-em-favelas-do-rj-durante-a-pandemia-de-covid.ghtml>>. Acesso em: 19 maio 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. **NITERÓI QUE QUEREMOS**: Plano estratégico 2013-2033. 1. ed. Niterói: [s. n.], 2013. 151 p. Disponível em: <<https://www.seconser.niteroi.rj.gov.br/arquivos/downloads/livro-niteroi-que-queremos.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2022.

TAVARES, M. G. da C.; SERRA, H. R. H. Roteiros geo-turísticos. In: ALBUQUERQUE, G. R. de; PACHECO, A. S. (org.). **Uwakürü: dicionário analítico**. Rio Branco, AC: Nepan, 2017. v.2, p. 301-314. Disponível em: <<http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/554>>. Acesso em: 31 maio 2022.

UMMUS, M.; MATOS, P.; JESUS, S. O avanço da Urbanização no Município de Niterói (RJ) entre 1987 e 2007. In: II Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação: 2008.